

21 DIAS DE ATIVISMO

A construção de um país sem violência contra mulheres começa pelas invisibilizadas

Sonia Guajajara
Ministra dos Povos Indígenas

A campanha de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher começa tradicionalmente no dia 20 de novembro no Brasil. Atualmente, a campanha é conduzida por diversos órgãos e instituições governamentais, com o objetivo de ampliar a conscientização sobre as variadas formas de agressão as quais meninas, adultas e idosas estão sujeitas em um país assolado pelo machismo, preconceito e racismo.

Infelizmente, a violência de gênero abrange todas as mulheres e, apesar de avanços recentes da pauta feminista, incluindo o aumento da presença de mulheres em cargos no executivo e legislativo, é preciso deixar claro que o feminismo é pensado pela ótica da mulher branca.

Desse modo, o desenho de políticas públicas com recortes específicos voltados à extinção da violência contra mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas, ciganas e pertencentes às 28 comunidades e povos tradicionais do Brasil, não é apenas diferente do contexto da mulher branca e, sim, urgente. Trata-se de uma prioridade se, de fato, lutamos como país para que haja um fim concreto às múltiplas formas de violência de gênero, ainda mais se levamos em conta a subnotificação ou, simplesmente, a ausência de aferição consolidada de dados relacionados às camadas historicamente excluídas de mulheres em suas manifestações multifacetadas pelo país.

Agressões físicas, humilhações, opressão psicológica e misoginia são a ponta de um processo que, muitas vezes, recebe mais holofotes do que a falta de acesso, oportunidade de pertencimento e reconhecimento digno negado às mulheres. Há uma quantidade de violência tremenda e hereditária em manter uma mãe sem creche, para que ela possa estudar tranquilamente enquanto seus filhos recebem cuidados. Não fomentar as chances de uma mulher ocupar uma vaga na universidade viola não só direitos individuais de quem gerencia uma família, mas afeta diretamente aqueles que estão sob sua tutela no futuro. Essa exclusão ao acesso é mais grave quando aplicada às áreas distantes de centros urbanos e grupos étnicos sem origem branca.

O questionamento é, se existe de fato uma política feminina indigenista, quilombola ou ribeirinha dentro do estado brasileiro, que chegue até essas populações específicas de maneira eficaz para frear essas violências singulares.

O que há de palpável são políticas públicas voltadas às mulheres que, por consequência, abarcam as não brancas, como a de combate à violência. Contudo,

uma lente de aumento social devidamente sobreposta à questão da mulher indígena começa a mostrar os primeiros desenhos de avanços e políticas públicas feitas sob a atual gestão, com o olhar apropriado para que a entrega dessas medidas seja realizada de forma compatível com a realidade das mulheres em cada território.

Entre os dias 11 e 13 de setembro de 2023, um grupo composto por aproximadamente oito mil mulheres indígenas do Brasil e de outros países ocupou as ruas de Brasília durante a 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). A mobilização foi encerrada na Esplanada dos Ministérios e, em seguida, um compromisso para implementar políticas públicas centradas na proteção e no fortalecimento de mulheres indígenas, dentro e fora de seus territórios, foi firmado pelo Ministério dos Povos Indígenas e Ministério das Mulheres.

O programa Guardiãs do Território está previsto no acordo interministerial e propõe a formação de lideranças femininas para enfrentar a violência contra as mulheres nos territórios indígenas. Entretanto, o programa articula uma parceria com órgãos estaduais de proteção às mulheres para que haja a capilaridade ideal na iniciativa.

A outra medida versa sobre a instalação da primeira Casa da Mulher Brasileira na Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul, com atendimento feito por mulheres indígenas profissionais da saúde para mulheres indígenas locais. O projeto possui comum acordo com a prefeitura da cidade em que a reserva se encontra e com o governo estadual. A ministra da Mulher, Cida Gonçalves, se comprometeu a pulverizar a iniciativa nos seis biomas do Brasil, em diálogo constante com as populações regionais.

Entre o final de setembro e o início de outubro deste ano, o Projeto de Lei (4381/23) de autoria da deputada Célia Xakriabá (PSol-MG), que regulamenta procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e órgãos públicos, como secretarias de Justiça, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, para atender mulheres indígenas vítimas de violência foi analisado pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Finanças e Tributação e Constituição Cidadania e Justiça.

O projeto, que aguarda o parecer da relatora, visa criar uma rede de apoio multidisciplinar para acompanhar os atendimentos com perícia antropológica para o respeito de culturas, presença de intérpretes, advogadas populares, psicólogas, assistentes sociais e cooperação técnica com o poder público, mas com atenção especial para comunidades que ficam longe de regiões urbanas.

No início de novembro, a deputada indígena Juliana Cardoso (PT-SP) teve seu Projeto de Lei (2975/2023) que acresce a necessidade de observação de condições específicas das mulheres indígenas na Lei Maria da Penha, aprovado na Câmara dos Deputados. A partir de consensos com lideranças indígenas, o Projeto leva em consideração características e demandas para dentro das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e de Núcleos Investigativos de Femicídio. A iniciativa traz

ainda alterações no Código Penal para quem atentar contra a integridade da mulher indígena.

Entretanto, a proposta não se encerra em impedir ou remediar o ato físico da agressão em si e serve de exemplo ao incluir o mesmo tratamento aos programas que integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, parte do SUS. O Projeto de Lei dá o direito às populações indígenas de participarem de organismos colegiados de formulação, avaliação e acompanhamento de políticas de saúde com enfoque na presença feminina.

No que se refere à educação, a União terá que desenvolver programas de ensino e pesquisa com viés integrado e intercultural nas comunidades indígenas e, novamente, tomando como base a contribuição das mulheres indígenas. Afinal, são elas que cuidam e zelam pelos próprios espaços, comunidade e natureza.

A proposta tramita atualmente no Senado para ir à sanção presidencial, o que prova a incontornável e indispensável exigência de um olhar do estado para os povos indígenas e demais populações tradicionais, arquitetado pelo prisma de representantes dessas comunidades, pois são elas que estão cientes das próprias carências e precisam ser ouvidas para que os problemas sejam resolvidos. Isto é, o financiamento partidário tem que ser previsto por meio da análise profunda da fragmentação do recorte social ao possibilitar o alcance de candidatas mulheres a uma campanha justa, com dotação orçamentária de igual proporção e focada em representatividade que traduza o mosaico étnico brasileiro.

A inclusão de mulheres de povos originários e demais comunidades no espectro da formulação e execução de políticas gera a conjuntura ideal para a concepção de medidas que conectam ações transversais, visando respeitar história, idiomas, cosmologia e modo de vida com a finalidade de cuidar de quem cuida.

Enquanto Ministério dos Povos Indígenas, inaugurado em um governo que entende e aplica o conceito de transversalidade, cabe a nós assegurar a inclusão de mulheres indígenas nas políticas públicas e na participação da tomada de decisões, além de construir a união junto a todos os ministérios, com o propósito de ampliar a política de combate à violência em todas as suas esferas, a ponto de torná-la capaz de inserir cada parcela marginalizada de mulheres que compõem a diversidade do Brasil em várias frentes.

No dia 20 de novembro de 2023, celebramos uma vez mais o Dia da Consciência Negra, data que também se tornou símbolo de populações invisibilizadas em nosso país. Na ocasião, em parceria com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os ministérios da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas e das Mulheres, abriram inscrições para o Edital Atlânticas – Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência.

Ao todo, R\$ 6 milhões serão investidos na concessão de até 50 bolsas de doutorado-sanduíche e pós-doutorado no exterior para aumentar a presença e permanência de

mulheres negras, quilombolas, indígenas e ciganas na ciência nacional. Somente com a produção de artigos e publicações científicas, dados e informações precisas servirão de subsídios para a criação de ações eficientes para acelerar a paridade entre gêneros e atacar focos de problemas específicos dos não brancos. (As inscrições vão até 31 de janeiro de 2024 e estão disponíveis na [Plataforma Integrada Carlos Chagas.](#))

O Brasil atravessa um momento singular. Nunca houve uma convergência de fatores tão propícios para que as mulheres utilizem o protagonismo que exercem no lar, na rotina doméstica, na economia do cuidado, na promoção da preservação ambiental e da sociobiodiversidade em suas comunidades para expandi-lo e empregá-lo nas câmaras de vereadores, nas prefeituras, na Esplanada dos Ministérios e demais cargos de poder por direito.

Para que possamos ter acesso e permaneçamos em espaços públicos com influência na construção de políticas que nos protejam diante de qualquer nível de violência, cuja intenção real é manter o quadro de retrocesso social, precisamos de apoios masculinos, mas não podemos jamais esquecer de reconhecer nossas mães, que abdicaram de suas vidas para a criação de todos nós. Para obter esse apoio da sociedade de maneira integral, um caminho inverso, no sentido de educar os não indígenas, os não negros e não ribeirinhos, também deve ser construído.

As barreiras impostas há séculos precisam ser demolidas com construção. Para exemplificar, a Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SEART) do Ministério dos Povos Indígenas vem pautando a discussão ao implementar um curso na região Sul, realizado em Porto Alegre, para que os profissionais de saúde não indígenas saibam como atuar dentro dos critérios da saúde indígena e possam atender populações originárias nos municípios.

Para que a premissa ganhe volume, ultrapasse a questão médica e se converta em uma política pública ampla e inclusiva a atingir diversos segmentos – como educação, cultura, trabalho, transporte, transferência de renda, esporte –, um pacote financeiro tem que estar previsto no orçamento da União, assim como um projeto transversal que compreenda as singularidades de cada etnia e cada comunidade para que as medidas não sejam brilhantes no papel e opacas perante a realidade material.

As mulheres que ocupam espaços de liderança são privilegiadas por terem chegado a esse patamar, mesmo sob ataques e constante misoginia presente nos arredores, porém temos a grande responsabilidade de honrar as mulheres que nos antecederam e as que nos sucedem. Precisamos continuar a abrir portas até que não dependamos mais de homens para acreditar em nós e dependamos apenas de nós mesmas, para que jamais tornem a fechá-las.

Defendemos a meta ventilada à exaustão pela ministra Cida Gonçalves, que exige uma mulher eleita por município no pleito de 2024, mas queremos rostos, etnias, costumes e sabedorias diversificadas ocupando cadeiras do poder. Afinal, o poder

ainda é masculino e faz-se necessária a mudança cultural profunda, coordenada e eminente de enfrentamento, já que somos classificadas como frutos da credibilidade de homens.

Entretanto, vale sempre ressaltar, nossas raízes residem na criação das mulheres.